A LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA NA ATUAL LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRA

Autor: Bruno Campelo Lima Cabo *

Orientador: Galvão Rabelo **

SUMÁRIO: Introdução. 1 Evolução histórica. 2 Liberdade provisória. 2.1 Definição. 2.2 Classificações. 3 Liberdade provisória sem fiança. 4 Liberdade provisória mediante fiança. 4.1 Conceito. 4.2 O declínio da Fiança. 4.3 Fundamentos. 4.4 O *periculum libertatis* e o *fumus comissi delicti*. 4.5 A fiança frente os princípios da necessidade e razoabilidade do processo penal. 4.6 A fiança a luz de princípios constitucionais. Conclusão. Referências Bibliográficas.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar o instituto da Liberdade Provisória, analisando as suas modalidades, sobretudo instrumento processual da fiança no atual ordenamento processual. Será trazida neste trabalho, primando por uma linguagem clara e objetiva, uma visão histórica, a fim de contextualização do tema, demonstrando sua evolução histórica temporal, que é imprescindível para o entendimento do mesmo, e compreensão do da importância prática que possuía no momento do nascimento do atual Código de Processo Penal brasileiro. O estudo traz a baila, onde busca seus fundamentos, artigos constitucionais, assim como dispositivos do *Codex* processual criminal. Mesmo diante da rara literatura sobre o tema, o presente trabalho traz citações de nobres doutrinadores. Será tratada igualmente, a aplicação do instituto nos termos da lei processual, abrangendo as hipóteses de cabimento de cada espécie (com ou sem fiança) e demais questões relativas à sua aplicabilidade, principalmente no que tange quanto a sua necessidade do ponto de vista jurídico e criminológico. O celeuma do presente trabalho se encontra no averiguação dos fundamento da espécie de liberdade provisória mediante pagamento de fiança, onde será analisado os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, isto é, do *periculum libertatis* e *fumus comissi delicti*. Por derradeiro, será demonstrada a flagrante ilegitimidade do tema

* Acadêmico do 10º período do Curso de Direito da Universidade Presidente Antônio Carlos – campus II/Ubá.
E-mail: bubucabo@hotmail.com

** Professor Galvão Rabelo, graduado na Universidade Federal de Viçosa, lecionando as disciplinas de Direito penal e processual penal na Universidade Presidente Antonio Carlos.

abordado diante da ausência de tais requisitos, opinando ao fim, pela expurgação da espécie do ordenamento jurídico pátrio.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição Federal. Direito Processual Penal. Liberdade Provisória. Fiança.

INTRODUÇÃO

O Código de Processo Penal pátrio vigente (e desatualizado), instituído pelo Decreto-Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941, trata da fiança dentro do instituto da Liberdade Provisória. Isto é, a Fiança, é parte do instituto supramencionado. Explica-se: há duas modalidades do indivíduo pleitear a liberdade provisória: liberdade com, ou sem fiança.

Como é sabido por todos, com base nos princípios constitucionais da presunção de inocência, insculpido no artigo 5º, inciso LVII da Carta Magna de 1988, e do devido processo legal, com previsão no mesmo artigo, inciso LIV, ninguém será privado da sua liberdade de locomoção, via de regra, antes do transitado em julgado da sentença penal condenatória, devendo esta sentença proferida em um processo que cumpra os termos legais impostos, pois a forma representa uma garantia prestada ao acusado. Contudo, diante de algumas hipóteses, a privação pode se antecipar ao trânsito em julgado da sentença, e pior, pode anteceder a uma sentença ou a uma instrução processual criminal, podendo ser decretada até mesmo em um inquérito policial, onde não há contraditório ou ampla defesa. Nestas hipóteses, estar-se-á diante das chamadas prisões cautelares. Atualmente, existem três modalidades de prisão cautelar: a prisão em flagrante, a preventiva, e por fim, a temporária.

Tratando-se de prisão preventiva, prisão em flagrante ilegal ou temporária, caberá o pedido de revogação desta. Apenas se a prisão em flagrante delito, for legal, aplicar-se-a o instituto processual da Liberdade Provisória. Sendo assim, o instituto em estudo se restringe as hipóteses de flagrante legal, que em decorrência de sua importância para o tema, será tratada abaixo.

A prisão em flagrante é tratada nos artigos 301 a 310 do Código de Processo Penal. Antes de prosseguirmos, é necessária uma breve definição do que se entende por flagrante delito. E o artigo 302 o faz de maneira bem cristalina, nos seguintes termos:

Art.302. Considera-se em flagrante delito quem:

I) está cometendo a infração penal;

II) acaba de cometê-la;

III) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração

IV) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objeto ou papeis que façam presumir ser ele autor da infração.

A doutrina ensina que flagrante delito, é aquele que esta sendo cometido (chamado de flagrante próprio), ou acaba de ser cometida a infração e o delinqüente é perseguido e capturado (neste caso, chamado de flagrante impróprio), ou o agente é capturado depois da ocorrência do crime com instrumentos que possibilitem uma presunção que de foi ele o autor do crime (chamado de flagrante presumido), ressalvando que nesta hipótese não é necessária a perseguição, ao contrário da modalidade anterior.

Conforme mencionado alhures, somente será aplicável a liberdade provisória diante de prisão em flagrante legal. Sendo preso em flagrante delito, em decorrência de uma prisão legal, resta ao indivíduo pleitear uma das duas modalidades do instituto: com ou sem fiança. Esta ultima modalidade é a mais aplicada isto pelos motivos que serão apresentados em momento oportuno.

Quanto à primeira modalidade, que na verdade é a celeuma deste trabalho, isto é, a obsoleta liberdade provisória com fiança, é necessário um estudo lento e detalhado, para compreensão do tema. Esta modalidade encontra-se me pleno desuso, diante das imposições desnecessárias ao individuo, como se demonstrara adiante, assim como se encontra em descompasso com os princípios da razoabilidade e necessidade.

Nesta visão se desenvolveu todo o trabalho, pugnando ao seu término, pela expurgação da modalidade de liberdade provisória com fiança do ordenamento vigente.

1.EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Como nos ensina Miguel Reale (2001), o Direito é uma ciência social, que deve refletir os anseios de determinada sociedade sobre a qual reinará, em um determinado momento. Contudo, este é um ideal, que quando se depara como a força de um regime ditatorial, perde sua essência, e se transforma em um pensamento eminentemente filosófico, e

distante. Por um motivo simples: em uma ditadura, a vontade que prevalece é a do ditador, e não a vontade do povo, como ocorre na democracia.

É neste exato contexto social, de ditadura militar, que surge o atual Código de Processo Penal de 1941. Neste período, nosso país vivia amedrontado com o regime ditatorial instaurado pelos militares, conhecido como Estado Novo. A Europa, sofria do mesmo mal, com o fascismo italiano. E todo esse clima, se concretizou em nosso Codex criminal.

Na Exposição de Motivos do diploma, o então Ministro da Justiça Francisco Campos *apud* Daniel Feitosa de Menezes, ressaltou que:

As nossas vigentes leis de processo penal asseguram aos réus, ainda que colhidos em flagrante ou confundidos pelas evidências das provas, um tão extenso catálogo de garantias e favores, que a repressão se torna, necessariamente, defeituosa e retardatária, decorrendo daí um indireto estímulo a expansão da criminalidade.¹

O Ministro expressou de maneira clara e inquestionável o espírito dos legisladores, que importaram o espírito acusador e perseguidor do fascismo italiano. E nosso então Ministro, não satisfeito, fez questão de expressamente declarar sua admiração pelo jurista italiano, fazendo citação direta ao mesmo.

Neste momento, não prevalecia à presunção de inocência. Mas sim a presunção de culpabilidade recaindo sobre qualquer suspeito, como afirma PACCELI (2008).

Na redação original do Código, se o agente fosse detido em flagrante delito, sua liberdade somente era restituída somente com o pagamento da fiança, ou quando estivesse presente alguma causa absolutória (sendo esta hipótese era restrita aos crimes cuja pena máxima inferior a oito anos de reclusão). Percebe-se assim, a grande importância dada a fiança na redação original. Em suma, podemos resumir com breves palavras, que se o recluso, não estivesse acobertado por uma excludente da ilicitude, somente conseguiria recuperar sua liberdade se pagasse a fiança. Como ensina o inenarrável Afrânio Silva Jardim:

Até o ano de 1977, preso o agente em razão do flagrante, deveria necessariamente assim aguardar o julgamento, salvo nos casos em que o código permitia livra-se solto ou que, através do instituto da fiança, quando cabível, fosse deferida a sua liberdade provisória. Igual benefício já era também admitido se houvesse prova de que a conduta se encontrava justificada pro alguma excludente de ilicitude, nos termos do art. 310 do Código de Processo Penal.²

¹ MENEZES, Daniel Feitosa de. 2004. p. 01

² JARDIM, Afrânio Silva. 2005. p. 249

Com a edição da Lei n 6.417/77, a fiança ficou fadada ao desuso, conforme se demonstra adiante.

No ano inicial da década de 90, surgiram duas leis que afetaram diretamente a fiança: as leis nº. 8.035 e 8.072. Sendo que a primeira impede a liberdade provisória sem fiança aos crimes de sonegação fiscal e crimes contra a economia popular; e a segunda veda a concessão da liberdade com ou sem fiança aos crimes nela previstos, que são os crimes hediondos, a prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e crime de terrorismo.

Contudo, a maioria doutrinaria entende que a Lei nº 8.072/90, a famosa Lei dos Crimes Hediondos é inconstitucional, com respaldo de Ministros Supremo Tribunal Federal. Ocorre, que os integrantes da primeira turma do Supremo Tribunal Federal, dentre eles Marco Aurélio de Melo, Joaquim Barbosa e demais, sumularam o assunto, decidindo pela constitucionalidade da norma.

2.LIBERDADE PROVISÓRIA

2.1.Definição

Conforme previa e brevemente mencionado, a liberdade provisória constitui uma ferramenta constitucional posta ao indivíduo que teve sua liberdade legalmente, *a priori*, suprimida pelo Estado (artigo 5º, inciso LXVII da Carta Maior), almejando a restituição da liberdade daquele.

Na lição do insuperável Fernando da Costa Tourinho Filho:

A liberdade provisória é, pois, um substituto da prisão provisória. Enquanto em algumas legislações ela funciona como sucedâneo de qualquer modalidade de prisão provisória, no Direito pátrio substitui, em numerosos casos, a prisão em flagrante, a prisão cautelar resultante de sentença penal condenatória recorrível.³

A liberdade provisória, em verdade, é um antídoto, ou como preferem os doutos estudiosos, uma contracautela. Explica-se: a prisão cautelar é uma cautela do Estado, e a liberdade provisória uma contracautela do indivíduo, onde esta combate aquela.

³ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. 2006. p. 538.

2.2. Classificações

Há no Codex Criminal, três hipóteses quanto à admissibilidade legal da liberdade provisória temos:

- I) Obrigatória, nos termos do artigo 321 do CPP;
- II) Permitida, nos moldes do artigo 322, 325 e seguintes do CPP;
- III) Vedada. Conforme determina os artigos 323 e 324 do CPP.

Quanto à forma de concessão do instituto, temos duas formas apenas:

- I) Liberdade Provisória com fiança e;
- II) Liberdade Provisória sem fiança;

3. LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA

Não sendo objeto de estudo deste trabalho, será realizado um breve exposição desta espécie, para que possamos adentrar ao cerne do estudo.

O leigo, ou aquele desprovido de maiores informações, pode ser levado a crer que por esta modalidade não exigir uma caução pecuniária, reveste de maiores formalidades e empecilhos. Contudo, paradoxalmente, é o oposto. Esta modalidade é mais simples ao recluso.

Por sua vez, a esta modalidade por ser de duas formas: liberdade provisória condicionada ou incondicionada a obrigações.

Será Incondicionada nos termos do artigo 321, do CPP, isto é, nas infrações cuja pena de multa é a única cominada (inciso I) ou nas infrações cujo máximo de pena privativa de liberdade, seja isolada, cumulada ou alternada, não ultrapasse a três meses (inciso II), respeitada as polêmicas restrições do artigo 321, caput, CPP.

Por seu turno, será condicionada, isto é, liberdade provisória sem fiança e com vinculação, nos casos do artigo 310, caput e seu parágrafo único.

4. LIBERDADE PROVISÓRIA MEDIANTE FIANÇA

4.1. Conceito

O termo fiança, amplamente propalado no direito cível, possui sentido semelhante ao direito penal: prestar caução a outrem.

Nas palavras de Julio Fabbrini Mirabete:

A fiança é um direito subjetivo constitucional do acusado, que lhe permite, mediante caução e cumprimento de certas obrigações, conservar sua liberdade até a sentença condenatória irrecorrível. É um meio utilizado para obter a liberdade provisória: se o acusado está preso é solto; se está em liberdade, mas ameaçado de custódia, a prisão não se efetua.⁴

Segundo o ilustre Antonio Scarance Fernandes, citando Frederico Marques:

A fiança é referida muitas vezes como uma contracautela. O réu, ou suspeito, preso em flagrante, seria colocado em liberdade mediante o pagamento de determinada importância, que assim faria cessar a cautela consistente na prisão provisória. Seria, portanto, uma contracautela porque caberá afastar a cautela decorrente da prisão.⁵

Contudo, o próprio Scarance esclarece que ver a fiança como contracautela, é um resquício da presunção de culpabilidade. Pois assim, estaria se admitindo ser necessária a fiança, sendo que não o é. Para o autor, é na verdade, uma medida cautelar, substitutiva da prisão, a serviço do indivíduo.

A fiança, segundo os estudiosos, é uma espécie de liberdade provisória, onde através de pagamento pecuniário, e assumindo obrigações (assinando termo de compromissos) o indivíduo responderá em liberdade a acusação promovida em seu desfavor.

4.2. O declínio da Fiança

A fiança mostra-se obsoleta, pois, impõe obrigações como não mudar de endereço sem permissão do magistrado, e outras, que não são impostas na modalidade sem fiança, onde sequer, há prestação pecuniária. Ressalta-se que a única obrigação assumida pelo indivíduo nesta última modalidade é de comparecer a todos os atos processuais, não assumindo as

⁴ MIRABETE, Julio Fabbrini. 2002. p. 116

⁵ FERNANDES, Antônio Scarance. 1991, p. 30

demais obrigações. O artigo 328 do CPP, ao dispor das restrições ao afiançado, o faz nos seguintes moldes:

O réu afiançado não poderá, sob pena de quebra da fiança, mudar de residência, sem previa permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 8 (oito) dias de sua residência, sem comunicar aquela autoridade o lugar onde será encontrado.

O declínio iniciou em 1977, com edição da Lei nº. 6.441, que ampliou as hipóteses de cabimento da espécie *sem fiança*, (menos onerosa ao acusado), inserindo o parágrafo único ao artigo 310 do CPP. Após o advento da lei, sempre que não estiverem presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva (artigos 311 e 312 do CPP), será concedida a liberdade sem fiança ao preso em flagrante.

4.3. Fundamentos

O fundamento seria afastar a cautela decorrente da prisão. O Estado, tomando uma medida de cautela, ou seja, uma medida assecuratória *pro societate* leva o indivíduo ao cárcere, pois este representa perigo à sociedade. Através da fiança, com o simples pagamento e assunção de alguns compromissos, não há mais a necessidade do cárcere, pois a fiança teria o poder de afastar a cautela da prisão, isto é, a necessidade da prisão. Assim, com o simples pagamento de uma determinada quantia em dinheiro e assumindo algumas obrigações, restaria afastado o *periculum libertatis* e o *fumus commissi delicti*.

Este pensamento demonstra que, para os mentores deste raciocínio, a prisão durante o curso processual é a regra, e liberdade, a exceção. Contudo, tal entendimento não encontra guarida em nosso atual ordenamento jurídico vigente, que preza pela presunção de inocência, prevendo que até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória todos serão considerados inocentes, além disso, deverão ser tratados como inocentes. A presunção somente será ilibada quando houver o referido trânsito da sentença.

4.4. O *periculum libertatis* e o *fumus commissi delicti*

O artigo 312 do CPP é tido como parâmetro para decretação de qualquer prisão cautelar, não somente da prisão preventiva. O mencionado dispositivo exige para decretação da prisão preventiva a cumulação de dois requisitos: o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*. Ou seja, para que o indivíduo seja levado ao cárcere, é indispensável que se comprove a necessidade desta medida, representado pelo *periculum libertatis*, e que haja existência de indícios suficientes de autoria e materialidade, sendo o *fumus commissi delicti*. Diante da inexistência de algum dos requisitos, o preso deve ser posto em liberdade.

Assim diz o artigo 312 do CPP: “a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.”

O legislador atento à importância destes requisitos, fez referência ao citado artigo, ao tratar das hipóteses onde não será concedida a fiança. Em seu artigo 324, inciso IV, do CPP, o legislador menciona que não será concedida a fiança quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva.

Se o indivíduo, mesmo recaído sobre este indivíduo indícios suficientes de autoria, não apresenta risco à sociedade se posto em liberdade, não há nenhum motivo técnico para a carcerização. É necessária uma interpretação sistêmica do ordenamento processual: a Lei 9.099/95 busca, de variadas formas, a descarcerização, pois é sabido por todos, os males causados por estes estabelecimentos prisionais. Neste caso, deve obedecer ao mandamento constitucional de que ninguém será privado de sua liberdade antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

A fiança, por si só, não afasta nenhum dos requisitos acima mencionado. Não há correlação entre a fiança e os requisitos supra mencionados. Pois se assim fosse estaríamos diante do já ultrapassado Direito Penal do Autor, o criminoso rico seria privilegiado, detrimento dos menos favorecidos economicamente, que, diga-se de passagem, formam a grande massa de delinqüentes em nosso país, revelando um problema não só jurídico, mas social.

Neste ponto, ficam nítidos os aspectos metajurídicos e o caráter inquisitivo de nosso CPP. Tanto que, a fiança não foi concedida ao vadio (entenda-se miserável!). Parece, que havia uma graduação de periculosidade quanto à condição financeira do acusado: quanto mais pobre, mais necessário será sua custódia, a o ponto de impedir a fiança.

Diante do exposto, entende-se que os requisitos do artigo 312 são indispensáveis a qualquer prisão cautelar.

4.5 A fiança frente os princípios da necessidade e razoabilidade do processo penal

Toda medida penal, deve ser fundamentada, para que além de possibilitar o exercício do contraditório e ampla-defesa, possa ser auferida, sua necessidade e razoabilidade. No caso de uma prisão, o magistrado tem diante de si, um estudo criterioso sobre qual medida adotar: se decide pela manutenção da prisão, ou pela concessão da liberdade provisória. Se decidindo pela manutenção do cárcere, está agindo dentro da exceção da regra constitucional, e para que sua decisão seja legítima, deve verificar se esta medida é necessária, idônea, adequada, e razoável.

Os princípios da necessidade e adequação, definem esses critérios. Na lição de Luiz Flávio Gomes:

Toda intervenção penal (na medida em que é uma restrição da liberdade) só se justifica se :

- a) adequada ao fim a que se propõe (o meio tem aptidão para alcançar o fim almejado);
- b) necessária, isto é, toda medida restritiva de direitos deve ser a menos onerosa possível (a intervenção penal é a última das medidas possíveis; logo, deve ter a "menor ingerência possível"; a pena de prisão, do mesmo modo, só pode ter incidência se absolutamente necessária; sempre que possível, deve ser substituída por outra sanção); e
- c) desde que haja proporcionalidade equilíbrio na medida (ou na pena). Impõe-se sempre um juízo de ponderação entre a restrição à liberdade que vai ser imposta (os custos disso decorrente) e o fim perseguido pela punição (os benefícios que se pode obter). Os bens em conflito devem ser sopesados.⁶

Se analisada a fiança sob cada critério deste, o resultado seria sempre o mesmo: a inaplicabilidade da fiança. Por exemplo: é necessário exigir dinheiro de alguém, podendo responder o processo em liberdade porque não oferece nenhum risco a sociedade? A negativa é única resposta plausível.

4.6. A fiança a luz de princípios constitucionais

⁶ GOMES, Luiz Flávio. 2001, p. 159

Novamente, é imperioso que seja feita uma análise sistêmica da Constituição Federal. Todo princípio, seja ele constitucional ou infra, possui caráter normativo-impositivo. Significa dizer eles devem ser observados tanto na edição quanto na aplicação das leis.

O artigo 1º da Carta Maior traz de maneira direta, a dignidade da pessoa humana como um princípio fundamental da República. Como analisar então, o artigo 5º, inciso LXVI que prevê pagamento de fiança para atingir a liberdade e o artigo 1º, inciso III, da Carta Magna?

Ofende também o princípio da igualdade material. Pois há um efetivo prejuízo aqueles que não poderiam pagar sua fiança, mesmo aplicando-se o artigo 326 do CPP.

Como se percebe, não há congruência entre a atual Constituição Federal, fruto da democracia, com a fiança, fruto da ditadura militar. Tanto que, o CPP se vale, da culpabilidade, enquanto a Carta Magna, da presunção de inocência.

A fiança, somente se justificava no momento em que foi criada. Isto porque, a única modalidade da liberdade provisória sem fiança era quando presente alguma excludente de ilicitude. Neste momento talvez houvesse necessidade da fiança, como forma de dar mais uma oportunidade ao custodiado de restituir sua liberdade. Sendo que é difícil a constatação ainda numa delegacia de polícia, uma causa excludente de ilicitude. Contudo, ao inserir o parágrafo único ao artigo 310, não subsiste razão em permanência da fiança em nosso ordenamento.

CONCLUSÃO

O tema deste trabalho é pouco tratado em estudos, pois muitos preferem fadá-la ao desuso, ao invés de expurgar a fiança do ordenamento jurídico pátrio, Mas não é coerente, mantermos, ainda que pouco utilizado, um instrumento processual que contraria todo o sistema jurídico, pelos motivos expostos outrora.

O Direito brasileiro não é mais o mesmo que imperava no momento do surgimento do CPP. Naquele momento, sofríamos com a ditadura militar do Estado Novo e sonhávamos com a democracia. Hoje, realiza-se esse sonho, com tristes recordações do passado regido pelo militares. Houve uma inversão de valores: o Direito Civil, por exemplo, perdeu seu caráter patrimonialista, assentando a pessoa humana em seu assento mais nobre. O próprio CPP, de tantas e tantas reformas, pouco guarda da essência original. E este resquício enquanto não surge um novo Codex, deve ser expurgado, pois não condiz a realidade jurídica atual.

A fiança representa um meio ilegítimo de dificultar a liberdade de um cidadão, criando empecilhos ao exigir dinheiro para sua concessão. Se o mesmo não apresenta perigo à sociedade, ou não há indícios suficientes de que este praticou o crime assim como não há prova do fato criminoso, exigir dinheiro (fiança) significa condicionar um direito fundamental. O indivíduo não deixa de ser perigoso por pagar fiança. Se assim fosse, não existiria nenhum criminoso rico.

Diante de todo o exposto, a expurgação da fiança de nosso Código de Processo Penal é inadiável. Seja pesado fardo que lhe imposta, isto é, o peso do inquisitivismo fascista, seja pelo desuso do instrumento tratado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 08 set. 2010

_____. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em 10 set. 2010

GOMES, Flávio Gomes. **Prisão e Liberdade Provisória. Medidas Cautelares impeditivas e Suspensivas da Custódia.** A (In)Constitucionalidade da “Prisão Especial”. Rio de Janeiro. ID Vídeos, 2001.

JARDIM, Afrânio Silva. **Direito processual penal.** 11. ed. Rio de Janeiro:Forense, 2005.

MENEZES, Daniel Feitosa de. **A reforma do Código de Processo Penal à luz dos princípios constitucionais** . Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1420, 22 maio 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9907>>. Acesso em: 20 set. 2010.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal.**13. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal.**9.ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2008

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001

SCARANCA FERNANDES, Antonio. **A fiança criminal e a Constituição Federal.** *In* Justitia, São Paulo, a 53, vol.155,1991,jul./set.,p28/39. Disponível em: <http://www.justitia.com.br/revistas/40b7z3.pdf>. Acesso em 10 set. 2010

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal.**v.3.28.ed.São Paulo: Saraiva, 2006.